

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Lula Marques/Agência Brasil



Ministro viu contradição por parte do Ministério Público

Respiradores: Dino manda PGR justificar pedido de mudança

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, devolveu para a Procuradoria-Geral da República o pedido para que volte a tramitar na corte a investigação sobre fraude na compra de 300 respiradores durante a pandemia da covid 19. Os equipamentos custaram 48 milhões e nunca foram entregues.

Um dos suspeitos de irregularidades é Rui Costa (PT), que, na época, era governador da Bahia e presidia o Consórcio Nordeste, responsável pela compra. Até o início de abril, ele era ministro da Casa Civil do governo federal.

Dino determinou que a PGR esclareça o que classificou de contradições, já que antes solicitara para o caso, que estava no STF, fosse para o Superior Tribunal de Justiça.

Crime continuou

O pedido para que o caso voltasse para o STF foi feito por Luiza Frischeisen, subprocuradora-geral da República, pelo fato de Costa ter ido para o ministério — ministros têm foro na corte; governadores, no STJ.

Ela alegou que se trata de crime que permaneceu depois da ida de Costa para o ministério: os respiradores nunca foram entregues. A compra foi feita junto à Hemptcare, especializada em remédios à base de maconha.

Lula Marques/Agência Brasil



Ex-governador, Rui Costa é suspeito de irregularidades

Idas e vindas

A primeira investigação sobre o caso foi aberta em 2020, pela Polícia Civil da Bahia. Os indícios de envolvimento de Costa fizeram com que o caso fosse para o STF e, depois, a pedido da PGR, para ao STJ.

As idas e vindas, que atrasaram a investigação, estão relacionadas a mudanças no entendimento do STF sobre a prerrogativa de foro. Em seu pedido, a PGR alegou que, pelo novo entendimento da regra, a competência teria voltado para a suprema corte. Como então governador do Maranhão, Dino integrava o Consórcio Nordeste.

Delação

Em delação premiada, donos da empresa beneficiada afirmaram terem sido procurados para fazer a compra por um lobista que se apresentou como amigo do então governador baiano.

Em sua defesa, Costa já declarou que ele e os demais governadores nordestinos foram “roubados” quando estavam desesperados para comprar respiradores.

TCU absolveu

Em abril de 2025, o Tribunal de Contas da União — ligado ao Poder Legislativo — inocentou Costa e Carlos Eduardo Gabas, então secretário-executivo do Consórcio, por cinco votos a dois, em processo relacionado à compra dos respiradores. O caso acabou arquivado na corte que analisa contas do governo.

Divergência

O relator do processo, ministro Jorge Oliveira, alegou que a compra havia sido feita em empresa não especializada, por um preço excessivo e sem que fossem tomadas garantias para a entrega dos produtos. O ministro Bruno Dantas, porém, alegou que urgência justificava a pressa e o negócio.

Candidatos

Rui Costa é um dos pré-candidatos do PT baiano ao Senado. O outro é Jacques Wagner, que tentará a reeleição — ontem, ele foi alvo de operação da Polícia Federal que apura seu envolvimento com o esquema do Master. Ele teria recebido vantagens em troca de atuação em benefício do banco.

Pacto

O caso Master tende a gerar uma espécie de pacto de silêncio na política baiana. Uma empresa do principal candidato da oposição ao governo estadual, ACM Neto (União Brasil) recebeu R\$ 5,4 milhões do banco e da Reag, gestora de investimentos ligada ao Master. Ele disse que o dinheiro foi para pagar consultorias.

Gol fechado

Horas depois da operação da PF contra Wagner, a bancada do PT na Câmara soltou nota defendendo a instalação da CPMI do Banco Master. Imitou o que parlamentares do PL fizeram. Os dois partidos sabem que o goleiro Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado e do Congresso, não vai deixar.

Surpresa

A manutenção — até, pelo menos, o início da noite de ontem — de Wagner na liderança do governo no Senado deixou alguns petistas preocupados e surpresos, já que o presidente Lula tende a priorizar seus interesses imediatos. Há o temor de que a permanência do alvo de ontem da PF contamine a campanha.



Alcolumbre disse que não faria sessão com quórum baixo

Congresso adia sessão conjunta para vetos

Alcolumbre reclamou de desarticulação do governo

Por Gabriela Gallo

Em meio às crises relacionadas ao Banco Master, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) cancelou a sessão conjunta do Congresso Nacional onde deputados federais e senadores discutiriam vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A sessão estava agendada para esta quinta-feira (18) e, segundo Alcolumbre, deve ser remarçada outra sessão conjunta para debater os temas antes do recesso parlamentar, que começa no 18 de julho e vai até o dia 31. O presidente do Congresso informou que a sessão foi adiada por falta de acordo entre os líderes partidários, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados.

Estão pendentes de análise 95 vetos presidenciais e 922 dispositivos prontos para deliberação, além de 11 Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLNs). Contudo, devido ao volume de conteúdo a ser analisado, os parlamentares definiram que a sessão de quinta-feira analisaria 65 vetos presidenciais e cinco propostas que alteram leis orçamentárias, que será o conteúdo em pauta na próxima sessão conjunta do Congresso que será marcada.

Em entrevista, o presidente do Senado reforçou que, mesmo que a realização da sessão conjunta tenha sido comunicada aos congressistas com 30 dias de

antecedência, “os líderes partidários da Câmara e do Senado não conseguiram se reunir para tratar especificamente dessa sessão do Congresso”. Ele ainda defendeu que uma eventual sessão conjunta do Poder Legislativo com baixo quórum poderia resultar em um desgaste para ele como presidente do Congresso.

“Não dá pra fazer uma sessão do Congresso com o quórum baixo de deputados e senadores porque, quando terminar a sessão do Congresso, se mantiver todos os vetos eu vou ser acusado de que eu fiz uma sessão do Congresso com quórum baixo para manter os vetos e atender ao governo. E se, mesmo com o quórum baixo, a gente conseguir derrubar todos os vetos eu vou ser acusado de que eu convidei só os deputados e senadores que queriam derrubar os vetos do governo porque eu ‘fiz uma sessão contra o governo’”, afirmou Davi Alcolumbre.

Questionado, o amapaense afirmou que agendará uma nova sessão para apreciação dos vetos definidos para daqui a duas semanas, independente se terá acordo entre as partes ou não. A medida visa pressionar os parlamentares a se reunirem e definirem o tema.

“Vou fazer um esforço e vou pedir a todos os líderes partidários para, na próxima semana, na Câmara e no Senado, fazerem reuniões periódicas pelos próximos dez ou quinze dias”, disse o presidente do Senado.